



**INSTITUTO C&A DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA
PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Proposta Técnica – Resumo Executivo

Agosto/2010

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto C&A, criado em 1991, é uma organização sem fins lucrativos que tem a missão de “promover a educação de crianças e adolescentes das comunidades onde a C&A atua, por meio de alianças e do fortalecimento de organizações sociais”¹.

Para realizar sua missão, o Instituto C&A atua por meio de programas e projetos, distribuídos em três áreas de investimento: Educação, Arte e Cultura, Desenvolvimento Institucional e Comunitário e Mobilização Social.

A área Educação, Arte e Cultura apresenta-se como uma unidade em que se consubstancia a concepção pela qual o Instituto C&A entende a educação: um processo que propicia ao sujeito as condições para que ele se aproprie de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e elementos da cultura, para conferir-lhe autonomia.

A educação é, pois, condição preponderante para a cidadania e a democracia. Sabe-se que construção do sujeito, tanto na esfera individual quanto na esfera política e social (isto é, na esfera da cidadania), não é possível sem que haja uma devida apropriação do conhecimento socialmente produzido. Este conhecimento se traduz em seus diversos saberes, técnicas, valores, instrumentos, usos e costumes, na filosofia e na arte, enfim, na cultura de todo um povo. Sem apropriação da cultura não é possível de fato integrar-se nem como pessoa nem como cidadão e agir, assim, com autonomia. E uma das vias pela qual esta apropriação da cultura nos é possibilitada é a via da educação, tomada aqui em sentido amplo.

Na área Educação, Arte e Cultura estão contemplados os seguintes programas de atendimento a crianças e adolescentes: programa Prazer em Ler; programa Educação Infantil, com o projeto Paralapraca; programa Educação Integral, estando neste incluído o Núcleo de Cultura e Arte. Todos os programas e projetos são devidamente fundamentados e estruturados, mediante estudos prévios do cenário educacional brasileiro, com os fins específicos de subsidiar a política de investimento social do Instituto C&A.

Educação Infantil

Estudos nas áreas da educação, psicologia, neurociência e, até mesmo, estudos econômicos, apontam para a importância do investimento na primeira infância, etapa fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano. Compreende-se que é na primeira infância que a criança desenvolve boa parte de seus conhecimentos e habilidades pessoais, intelectuais, sociais e afetivas.

Levando em conta os estudos de cenário sobre a realidade da primeira infância no Brasil², constatou-se neste país que a população de 0 a 6 anos é composta por cerca de 23,1 milhões de crianças, o que corresponde a 11% do total da população brasileira. Mas no que diz respeito à oferta e à demanda de atendimento educacional às crianças deste segmento, a PNAD 2008 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta para a seguinte situação:

- 1) Houve um aumento da frequência à escola na primeira infância, embora este se dê em ritmo lento.
- 2) O maior crescimento ocorreu entre crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, cuja taxa de frequência à escola subiu de 57,9% para 79,8%, entre 1998 a 2008³.
- 3) Contudo, entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência escolar ainda é muito baixa, ainda que tenha passado de 8,7% para 19,9%, no período estudado. Mesmo considerando a diminuição progressiva desta estatística, ela ainda revela um grave problema na oferta do atendimento.

Há desafios a serem enfrentados diante de obstáculos que se antepõem para se alcançar a equalização de oportunidades. Dentre estes desafios destacam-se a oferta reduzida do atendimento e questões que enfocam a qualidade do atendimento a ser ofertado. Este fato se agrava quando, ao olharmos para o cenário brasileiro,

(1) Desde que foi criado, o Instituto C&A investiu cerca de US\$ 64 milhões em aproximadamente 1.420 mil ações sociais voltadas à educação de crianças e adolescentes. Algumas dessas iniciativas ganharam status de política pública, de modo que o número estimado de beneficiários nos projetos apoiados pelo Instituto C&A é de 1 milhão de pessoas. A organização é mantida por doações da Cofra Foundations, que é o braço social do Grupo Cofra, holding que controla a C&A.

(2) O resumo executivo do estudo de cenário do programa Educação Infantil estará disponível no site www.institutocea.org.br

(3) Considerar que com a aprovação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da PEC 277/2008 (28.10.2009), estende-se o período da escolaridade obrigatória desde os 4 anos. Em decorrência, houve, em termos de política pública, um avanço, a saber: ampliação de recursos e universalização do segmento pré-escola.

verificamos que o atendimento à primeira infância é bastante desigual nas diferentes regiões do Brasil.

Os esforços para a superação de tais desafios ocorrem por parte tanto do poder público como da sociedade civil, e nesta última vertente o Instituto C&A estabelece um de seus focos de incidência.

O Instituto C&A reconhece a importância do investimento na primeira infância, pelo que desenvolve, entre suas diversas ações de investimento social, o programa Educação Infantil.

O programa Educação Infantil do Instituto C&A tem como objetivo geral contribuir para a ampliação do acesso e da qualidade da educação infantil. Para isso é necessária a articulação dos diversos setores da sociedade, produzir e disseminar conteúdos da educação infantil, investir na qualificação dos profissionais que atuam em creches e pré-escolas e também contribuir para a formulação e execução de políticas públicas nesta área.

2. JUSTIFICATIVA

A Educação Infantil - parte integrante da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e Médio - não é considerada uma etapa obrigatória, mas um direito da criança.

A Educação Infantil se dá em instituições específicas, designadas pelos nomes tradicionais de creches e pré-escolas, nomes estes constantes da Constituição Federal e da LDB. Também há outras designações como centros de educação ou desenvolvimento infantil. Essas instituições integram o sistema municipal de ensino, sejam elas públicas ou privadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no seu artigo 29, aponta como finalidade da Educação Infantil “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Embora a Educação Infantil seja um direito da criança e matriculá-la em instituições específicas a esse fim seja opção dos pais ou responsáveis, a questão da oferta reduzida é um dos maiores obstáculos para a equalização de oportunidades. Mas não basta apenas envidar esforços para garantir o acesso das crianças às creches e pré-escolas! Há que se definir critérios para um atendimento de qualidade, bem como conhecer quem são os educadores que estão realizando esse trabalho e quais são os principais problemas vividos nessa área.

As creches são aliadas das famílias no que se refere à proteção e cuidados mínimos de sono, higiene e alimentação. Mas cabe aos educadores perceberem que as crianças pequenas requerem muitos outros cuidados, além do colo, do carinho e do afeto.

É preciso garantir espaços, materiais e oportunidades frequentes para correr, pular, brincar, desenhar, tocar etc., de modo que as crianças se expressem em sua plenitude, conheçam melhor a si próprias e às outras pessoas e coisas.

As crianças precisam ampliar as suas informações e ter experiências significativas acerca da ciência, da arte, do folclore; precisam ouvir histórias e músicas, assistir a peças e filmes que, de fato, enriqueçam o seu imaginário e também ampliem o seu conhecimento do seu meio e da sua cultura.

O Instituto C&A reconhece que o direito ao acesso à Educação Infantil de qualidade só será garantido à maioria das crianças do nosso país a partir de um amplo processo de mobilização social, que coloque a educação, e em especial a Educação Infantil, como prioridade de Estado, com políticas públicas e recursos compatíveis com as necessidades para ampliação das vagas e investimentos necessários para a melhoria substancial da qualidade no atendimento às crianças.

Para alcançar este propósito é fundamental a construção de parcerias e articulações, envolvendo diferentes setores e organizações sociais que tenham objetivos comuns em prol dos direitos das crianças.

São essas as razões e as motivações que levam o Instituto C&A a criar o programa Educação Infantil.

3. PRINCÍPIO BÁSICO DO PROGRAMA

Toda criança tem direito a uma escola equitativa, plural e acolhedora

4. ABRANGÊNCIA

O programa Educação Infantil optou por focar o investimento em dois eixos básicos:

- Apoio a ações estratégicas de articulação e mobilização e produção de conhecimento em nível nacional.
- Apoio a ações específicas, de articulação e formação de profissionais da educação infantil, prioritariamente nas regiões norte e nordeste e em outras regiões onde os índices de desenvolvimento infantil, desenvolvimento humano, taxas de acesso e indicadores de qualidade estejam abaixo da média nacional.

5. PÚBLICO

O programa Educação Infantil prevê apoio técnico e financeiro para:

- Movimentos, fóruns, redes, alianças, articulações, organizações, grupos de estudo e trabalho com o objetivo de debater e propor ações que possam ampliar o direito ao acesso e ao atendimento com qualidade em instituições de EI;
- Organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam em prol do direito ao acesso e à qualidade na Educação Infantil;
- Desenvolvimento de propostas de formação continuada para aperfeiçoamento de profissionais que atuam em organizações de Educação Infantil comunitárias, conveniadas e diretas.

6. DIRETRIZES

- A criança é sujeito produtor e transformador de cultura, dos seus próprios hábitos e também da sua família.
- O brincar é uma forma de expressão particular da criança; é brincando que a criança conhece, interage, forma limites e valores, se comunica e aprende.
- A Educação Infantil deve ser pensada de forma a considerar as crianças em suas diferenças individuais, sociais, culturais, econômicas, étnicas e religiosas.
- A Educação Infantil, desde a sua concepção até a sua prática cotidiana, deve ser essencialmente inclusiva.

7. PRINCÍPIOS

- A Educação Infantil é um direito fundamental de todas as crianças.
- É dever da família, do Estado e da sociedade garantir o direito da criança à educação.
- A Educação Infantil tem função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre escola e família.
- A educação nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento do ser humano.
- Creches e pré-escolas são espaços privilegiados de atenção à educação, saúde e proteção das crianças.
- Educar e cuidar são dimensões indissociáveis no trabalho com crianças na Educação Infantil.
- A criança é sujeito produtor e transformador de cultura, dos seus próprios hábitos e também da sua família.

8. OBJETIVOS

GERAL

- Contribuir para promoção do acesso à educação de qualidade de criança de 0 a 5 anos.

ESPECÍFICOS

- Promover, fomentar e disseminar produção de conhecimento sobre educação infantil de qualidade.
- Participar e contribuir para formulação e execução de políticas públicas de educação infantil
- Realizar e apoiar a articulação e mobilização de diversos setores da sociedade para a melhoria da qualidade e a ampliação do acesso na educação infantil
- Contribuir para a melhoria da qualificação dos profissionais da educação infantil

9. METAS

- Investir na Educação Infantil em municípios com menores taxas de inclusão de crianças, entre 0 a 5 anos.
- Assegurar que 70% dos espaços de atendimento adequados dos espaços às características das crianças com necessidades pequenas.
- Assegurar que 80% da equipe gestora (professores, coordenadores e diretores) e profissionais de serviços de instituições de Educação Infantil parceiras do Instituto C&A sejam qualificadas.
- Assegurar que 70% da instituições parceiras de Educação Infantil, que oferecem atendimento direto, tenham formulado, por meio das ações de formação, suas propostas pedagógicas.
- Assegurar em 80% a participação ativa do Instituto C&A nos principais movimentos, fóruns, grupos de discussão, campanhas sobre Educação Infantil:
- Estabelecer articulações e parcerias entre Instituto C&A, poder público e organizações da sociedade civil para ampliar o acesso e a qualidade da Educação Infantil.
- Realizar encontros e seminários sobre o tema da educação infantil
- Produzir conhecimento sobre a educação infantil

10. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os fundamentos que explicitam ou justificam uma idéia estão sempre assentados nas bases materiais de organização da sociedade. Assim, a história da criança deve ser compreendida dentro deste princípio, o que permite entender que não existe um conceito único de criança, mas distintas formas de ver e entender a infância, conforme os contextos históricos em que ela se situa. Assim, os marcos históricos, na maioria das vezes, encontram-se intimamente articulados com os marcos conceituais de um dado período histórico.

Se na Idade Média não existia um “sentimento de infância”, a partir do século XVI, na Europa, uma classe insurgente – a burguesia –, passa a colocar em questão os direitos e modos de organização social existentes desde a Idade Média. Conceitos relativos à infância passam a ser elaborados, no contexto das transformações sociais que ocorrem.

No final do século XIX verifica-se uma intensa circulação de idéias no campo educacional, sendo modulado e definido neste contexto o papel social da infância, da família e das instituições educacionais.

A sociedade em que vivemos no século XXI é herdeira de uma longa história inscrita, no decorrer dos séculos, nas sociedades ocidentais. Grandes conquistas extremamente favoráveis no campo educacional delinearam um cenário promissor para a criança, com base no entendimento mais profundo e amplo do seu desenvolvimento, em várias esferas do conhecimento humano. Por outro lado, os avanços obtidos, frutos de conquistas e lutas históricas, conviveram pari passu com descasos e preconceitos que até hoje prevalecem e se impõem como problemas urgentes a resolver.

No Brasil, a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a eclosão de um amplo movimento em

prol da Educação Para Todos, deflagrado pela Conferência de Jomtien, em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 são parte de um cenário em que a Educação Infantil passa a ter inscrições legais, asseguradas em documentos que formalizam o atendimento da criança de 0 a 6 anos, definem concepções, diretrizes e princípios, estipulam critérios e propõem estratégias.

Principais marcos legais e institucionais

1988	A Constituição Federal estabelece como direito dos «trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas» (art. 7º, XXV), devendo o Estado garantir tal atendimento (art. 208, IV).
1990	O Estatuto da Criança e do Adolescente incorporou o direito à Educação Infantil, reforçando que «é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade» (art. 53, IV).
1990	Declaração Mundial de Educação Para Todos – Jomtien, Tailândia: reconhece que todos os indivíduos têm direito a oportunidades educativas que satisfaçam suas necessidades básicas de aprendizagem. Em seu artigo 5, a Declaração destaca que a aprendizagem começa com o nascimento e incluiu a educação e os cuidados básicos na primeira infância como parte da educação básica.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - No capítulo sobre a Educação Básica, a LDB define a finalidade da Educação Infantil como “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29).
1998	A Secretaria de Educação Fundamental do MEC publicou dois importantes documentos: “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil” e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (RCNEI).
1999	O Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
2006	Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica produz o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, contendo referências de qualidade a serem utilizadas por creches, pré-escolas e centros de educação infantil, de modo a promover a igualdade de oportunidades educacionais, levando em conta diferenças, diversidades e desigualdades existentes no território nacional e das muitas culturas nele presentes.

Mediante esta visão de parte de um amplo movimento a favor da criança de 0 a 5 anos, depreende-se que a Educação Infantil, tal como está configurada nos documentos oficiais, “é a resposta da sociedade à (re)descoberta da criança e seu reconhecimento como sujeito de direitos específicos, além dos direitos humanos de toda pessoa. É a compreensão da especificidade da criança enquanto pessoa em desenvolvimento. É a percepção do desenvolvimento humano na etapa infantil.

Concepções adotadas pelo programa

O programa Educação Infantil do Instituto C&A está em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, produzidos pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em 2006. O documento em questão define referências de qualidade para a Educação Infantil e reconhece que desde que nascem as crianças são: cidadãos de direitos, indivíduos únicos, singulares, seres sociais e históricos, seres competentes, produtores de cultura.

Nesta perspectiva, toma-se como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Resolução do Conselho Nacional de Educação, no âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB nº 5, de 17/12/2009) - destacando os fundamentos norteadores que devem orientar os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de Educação Infantil:

- Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

A Educação Infantil desenvolve-se em espaços onde as práticas educativas conjugam o cuidar e o educar como duas faces de uma mesma ação. Não deve ter uma função assistencialista, compensatória de supostas deficiências, ou preparatória, mas deve assegurar que a criança cresça com igualdade de condições para se desenvolver plena e satisfatoriamente. A Educação Infantil deve se constituir então como um espaço privilegiado para organizar uma prática educativa que amplie o máximo possível a experiência da criança com a cultura infantil.

São conceitos estruturantes do programa: a infância, a cultura, a linguagem, a instituição de educação infantil, a educação, a mobilização e a articulação.

1. Infância

A Infância é uma construção social e diferentes modos de compreender a criança foram desenvolvidos ao longo da história.

O programa Educação Infantil do Instituto C&A entende que a criança é um sujeito cultural; que além de assimilar a cultura, também a produz e transforma. Além disso, defende que sua educação deve ser essencialmente inclusiva, pensada de forma a considerar as crianças em suas diferenças individuais, sociais, culturais, econômicas, étnicas e religiosas.

É um dos pressupostos do programa contribuir para a disseminação deste conceito de infância e de educação da infância. Desta forma, reconhece que não existe uma população infantil homogênea, mas populações infantis, com processos diferenciados de socialização.

2. Cultura

O conceito de cultura assume no programa Educação Infantil um lugar central. Diz-se lugar central porque não existe uma única infância, mas diferentes formas de ser criança, no interior de cada coletividade. Assim, toma-se como ponto de partida a compreensão de que todo ser humano nasce herdeiro de um legado de realizações humanas:

Assim, a cultura representa o conjunto de manifestações humanas de uma determinada coletividade, produto das relações que homens, mulheres e crianças estabelecem com o tempo, com o espaço, com a natureza e com as outras pessoas. O programa assume o compromisso de respeitar, valorizar e ampliar a diversidade de histórias, costumes, crenças e valores da cultura das crianças.

3. Linguagem

A Linguagem é a capacidade humana de compartilhar significados. Ela nos constitui como humanos e estrutura-se por meio de suas múltiplas formas. A Linguagem é toda e qualquer forma de expressão e comunicação inventada pelo homem ao longo da humanidade, portanto uma construção social. Essas diferentes formas possibilitam as interações das crianças com a natureza e a cultura, para que possam construir sua subjetividade e se constituir como sujeitos sociais.

O programa reconhece que as diferentes linguagens são formas privilegiadas que, postas à disposição das crianças, levam-nas a se situar como pessoa, para dialogar com o mundo, para diferenciar os papéis sociais e para compreender o funcionamento da natureza e os modos de vida da sua comunidade. Assim, as experiências com as linguagens oral, corporal, musical, plástica, escrita, entre outras, devem ser planejadas com a intencionalidade de garantir às crianças o direito de acessar os elementos culturais produzidos pela coletividade na qual está inserida, bem como os bens culturais universais.

4. Instituição de Educação Infantil

A Instituição de Educação Infantil é um espaço de cuidado e educação, organizado e planejado para atender crianças com idade entre 0 e 5 anos, compartilhando com a família a responsabilidade pela formação humana de seus filhos. Quando vinculada a uma rede de ensino, onde as políticas públicas de Educação Infantil podem e devem se concretizar, a instituição se constitui efetivamente como um espaço de promoção do direito a uma educação de qualidade.

A Instituição de Educação Infantil é um organismo vivo, ou seja, uma comunidade socialmente organizada, composta pelas crianças, pelos profissionais e pelas famílias, que se reúnem em torno de um projeto próprio. Assim, sua proposta pedagógica deve reconhecer a importância da identidade pessoal de cada sujeito e ainda, a identidade cultural do contexto social na qual se situa. Além disso, deve ter clareza de seu papel e intencionalidade nas ações, privilegiar o debate e o trabalho coletivo, com o intuito de ser um espaço de aprendizagem para todos.

5. Educação

O Instituto C&A ao escolher como foco de investimento a educação de crianças e adolescentes buscou concebê-la como um processo que propicia ao sujeito as condições para que ele se aproprie de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e elementos da cultura, para conferir-lhe autonomia. Este é o ponto de partida, ou seja, conceber a educação em seu sentido amplo.

O programa Educação Infantil, atento para as questões específicas que envolvem a educação da criança, em contextos escolares específicos, como creches e pré-escolas, e não se distanciando da concepção tal como a apresentada pelo Instituto C&A, entende a educação como:

Conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Assim posto, o ato de educar compreende a formação de todos os sujeitos envolvidos na educação da criança, além, é claro, de colocar a criança no centro das ações educativas.

No âmbito das ações estratégicas do programa, são as seguintes as concepções adotadas.

6. Mobilização

Mobilização é um mecanismo previsto na Constituição Federal, que envolve a consciente participação de cada cidadão, em torno de uma causa. Na presente situação esta causa é a Educação Infantil. Caracteriza-se por se constituir em um processo dinâmico e permanente de envolvimento, de construção e mudança de valores e atitudes, de engajamento de pessoas e grupos sociais que visam à transformação de uma dada situação. O programa Educação Infantil utiliza-se deste mecanismo para incidir sobre as políticas de educação infantil vigentes, de modo a colocá-la no centro das discussões e prioridades. Neste âmbito incluem a participação em fóruns, movimentos, campanhas, formação de redes e outros espaços afins.

7. Articulação

A articulação – política e social - é uma prática participativa que envolve distintos agentes sociais, como, por exemplo, instancias da sociedade civil e poder público, para a realização de ações conjuntas. Em determinados momentos a articulação engloba a parceria entre distintas organizações e agentes. O objetivo de uma articulação é romper com mecanismos isolados e mecanicistas, conjugando, entre as partes envolvidas, seus saberes e experiências, desde o planejamento até a avaliação, com a finalidade de se alcançar um efeito sinérgico nas questões complexas que a envolvem. Isto é o que se verifica quando setores governamentais e não governamentais convergem esforços para a produção de políticas públicas integradas e integrais.

11. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O Instituto C&A defende o princípio de que o direito ao acesso à Educação Infantil de qualidade só será garantido à maioria das crianças do nosso país, desde que observados alguns procedimentos metodológicos, tais como:

Desenvolvimento de um amplo processo de mobilização social, que coloque a educação, e em especial a Educação Infantil, como prioridade de Estado, com políticas públicas e recursos compatíveis com as necessidades para ampliação das vagas e investimentos necessários para a melhoria substancial da qualidade no atendimento às crianças.

Construção de parcerias e articulações, envolvendo diferentes setores e organizações sociais que tenham objetivos comuns em prol dos direitos das crianças, sem viés político-partidário.

Articulação com as organizações e movimentos em prol da Educação Infantil, capaz de alimentar os meios de comunicação e ampliar a divulgação dos fatos, pesquisas e ações relacionados à primeira infância em particular.

Articulação de ações que possibilitem apoio e subsídios aos gestores públicos para a elaboração e planejamento de programas e projetos que possam qualificar o atendimento às crianças, tanto no que diz respeito à mobilização da comunidade local, quanto à prospecção de recursos junto aos governos estaduais e federais.

12. RESULTADOS ESPERADOS PARA 2010.

- Qualificar o debate sobre os efeitos gerados na educação infantil a partir da extensão da obrigatoriedade do ensino de 9 anos (ensino fundamental) para 14 anos (de 4 a 17 anos, incluindo pré-escola, ensino fundamental e ensino médio)
- Promover a discussão sobre o atendimento das crianças com seis anos no ensino fundamental
- Potencializar as ações de redes e movimentos em todo território nacional, aprimorando as estratégias de articulação e mobilização da sociedade brasileira, em prol da causa a educação infantil
- Contribuir para a formulação do Plano Nacional de Educação 2011 – 2021
- Produzir estudos e publicações sobre educação infantil
- Realizar formação continuada de profissionais de educação infantil

13. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA

- Criação de um site do programa, no portal do Instituto C&A: disponibilização de relatórios dos projetos apoiados, eventos, estudos e pesquisas sobre a Educação Infantil; de ferramentas de comunicação que permitam a troca de experiências entre educadores.
- Publicação de boletim do programa, de fatos relevantes que tratem da Educação Infantil, além de disponibilizar espaços para veicular ações realizadas por parceiros.
- Informação à assessoria de imprensa do Instituto C&A sobre conteúdos que permitam divulgar para os meios de comunicação fatos relevantes que possam se transformar em notícias de interesse da sociedade.

14. AVALIAÇÃO

Procedimentos de avaliação realizados a partir dos indicadores de qualidade da Educação Infantil; serão disponibilizado em documento específico do Programa.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Gabriela A.; BARKER, G.; NASCIMENTO, Marcos; SEGUNDO, Márcio. *Breve Panorama sobre a Primeira Infância no Brasil*. 2007. Disponível em: <http://www.promundo.org.br/PrimeiraInfancia/Breve%20Panorama%20sobre%20a%20Primeira%20Infancia%20no%20Brasil%20-%2017.05.2007.pdf>.

ALMEIDA, Leila S. *Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham*. Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, v.19, n.2, jul./dez. 2007.

ALMEIDA, Ordália Alves. *A Educação Infantil na história: A história na Educação Infantil*. 2002. Disponível em: <http://www.omep.org.br/artigos/palestras/01.pdf> Acesso em: 29 maio 2008.

ANGOTTI, Maristela. *Educação Infantil: para que, para quem e porquê?* Campinas, SP: Alínea, 2006.

ARIÈS, Philippe. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARROYO, Miguel. *O significado da infância*. Revista Criança, Brasília, n. 23, p. 17-21. 1996.

BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. (Trad. Rosane Amador Pereira). 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2003. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Campanha Nacional de Credenciamento e Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino. Brasília: MEC, SEB, 2005a. Disponível em: <http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=735> Acesso: 10 março 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. *Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar* (organização do documento: Luiz Fernandes Dourado). Brasília: MEC, Departamento de Políticas Educacionais, 2005b. Disponível em: <http://porlainclusionmercosur.educ.ar/documentos/Brasil.pdf>. Acesso: 10 março 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade* (organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do nascimento). Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil: Encarte 1*. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparinfestencarte.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006. v.1*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006. v.2*. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf. Acesso: 10 mar. 2008.

CAMPOS, Maria M. *Educação Infantil. Reescrevendo a educação*. <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=35> Acesso: 29 maio 2008.

CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.



CAMPOS, Maria M.; ROSEMBERG, Fúlvia. *O colapso das creches brasileiras*. Fundação Carlos Chagas. 2005. Disponível em: www.lite.fae.unicamp.br/colapso_creches.doc.

CAMPOS, Maria M.; COELHO, Rita C. (Coords.) *Consulta sobre qualidade da Educação Infantil – Relatório Técnico Final (versão preliminar)*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2006. Disponível em: www.undime.org.br/htdocs/download.php?form=.pdf&id=925.

CARNEIRO, Maria Ângela B. C. *A Educação Infantil, as políticas públicas e o Banco Mundial*. Revista PUCVIVA, n.21, jul/set. 2004. Disponível em: http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r08.htm. Acesso: 10 mar. 2008.

CORRÊA, Bianca C. *Considerações sobre qualidade na Educação Infantil*. Cadernos de Pesquisa, n. 119 p. 85-112, julho. 2003.

CRUZ, Silvia Helena V. *A creche comunitária na visão das professoras e das famílias usuárias*. Revista Brasileira de Educação, n.16, jan/jul. 2001. Disponível em: http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE16/RBDE16_07_SILVIA_HELENA_VIEIRA_CRUZ.pdf. Acesso: 10 mar. 2008.













